ÁREA TEMÁTICA: (marque uma das opções)

( ) COMUNICAÇÃO
(X) CULTURA
( ) DIREITOS HUMANOS E JUSTIÇA
( ) EDUCAÇÃO
( ) MEIO AMBIENTE
( ) SAÚDE
( ) TRABALHO
( ) TECNOLOGIA

COLÔNIA SANTA CRUZ: DA COMUNIDADE À PERSPECTIVA REGIONAL

Ana Paula Aparecida Ferreira Alves[1]
Cicilian Luiza Löwen Sahr[2]

RESUMO – A comunidade, objeto da proposta de extensão ao qual esta pesquisa está relacionada, é conhecida pela denominação de Colônia Santa Cruz. Ela é formada por descendentes de ex-escravos, que trabalharam e herdaram parte da antiga fazenda que dá nome ao local, e recentemente foi reconhecida como uma comunidade rural quilombola. Esta localidade integra o Distrito de Guaragi, que por sua vez, pertence administrativamente ao município de Ponta Grossa/PR. Outras comunidades que se situam próximas apresentam em sua maioria, origens distintas, embora também integrem o mesmo distrito. Tal realidade expressa um cenário marcado por um contexto multicultural extremamente complexo onde relações diversas são historicamente presentes. Busca-se, portanto, verificar como os elementos decorrentes de variadas espacialidades produzidas a partir dos sujeitos e da comunidade Santa Cruz - seja proveniente ou não das relações estabelecidas com as demais comunidades que compõe o distrito mencionado - constituem o(s) processo(s) de regionalização ao qual se vinculam, superando as classificações regionais já impostas neste recorte espacial. Neste contexto, pretende-se compreender a articulação/desarticulação existente entre este contíguo e a questão regional para denotar novas possibilidades de se pensar em comunidades projetadas em variadas perspectivas regionais, tendo em vista a ampliação das redes de contato que possam beneficiar o local estudado.

PALAVRAS CHAVE – Comunidade. Região. Quilombola.

[1] Doutoranda em Geografia pela UFPR, integrante do projeto de extensão “Faxinalenses e Quilombolas: apoio e assessoria ao reconhecimento de populações e territórios tradicionais no Paraná” da UEPG. Email: anapaulageoufpr@gmail.com.
[2] Doutora em Geografia pela Universidade de Tübingen (Alemanha), Professora do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UEPG e da UFPR, coordenadora do projeto de extensão “Faxinalenses e Quilombolas: apoio e assessoria ao reconhecimento de populações e territórios tradicionais no Paraná” da UEPG. Email: cicilian@uol.com.br

Introdução

A realidade atual do cenário exposto para este projeto de extensão é marcada por um contexto multicultural extremamente complexo. Relações inter-raciais estão historicamente presentes. Estas relações já foram ou são conflituosas, matrimoniais, laborais, pacíficas, culturais, enfim; uma intricada conjuntura sobreposta num espaço onde distintas realidades convivem e interagem das mais diversas formas.

O histórico de formação da comunidade Santa Cruz[3], bem como das demais comunidades vizinhas[4] que marcam tal contexto, remete ao processo de ocupação territorial do estado do Paraná, a qual ocorreu de formas variadas. Para Cunha (2006) os três grandes processos histórico-geográficos (litoral-interior, norte e sudoeste) resultam na regionalização clássica deste estado dividindo-o em Norte, Sudoeste e Paraná Tradicional.

A comunidade Santa Cruz e as demais comunidades relacionadas estão identificadas a partir dos parâmetros de classificação regional conforme os princípios tradicionais. Uma destas classificações enquadra-se na representação de "Paraná Tradicional" conforme a divisão apontada por Cunha (2006). Além desta, configuram-se nos seguintes recortes regionais: Microrregião de Ponta Grossa, Região dos Campos Gerais, Subdivisão regional em Distrito de Guaragi - como zona rural de Ponta Grossa e zona de uso silvopastoril (PONTA GROSSA, 2006).

Estas classificações, conforme Haesbaert (2010, p.134), seguem os princípios tradicionais de regionalização tendo por base:

- A uniformidade/homogeneidade a partir de propriedades como a semelhança de características (fisionômicas ou paisagísticas),
- A configuração espacial típica de áreas ou zonas superfícies e limites,
- Fronteiras/limites relativamente claros,
- Fenômenos privilegiados (zonais ou em área como ex. atividades rurais, uso do solo),
- E a partir de indicadores (região homogênea complexa: área de domínio de um tipo de paisagem).

Portanto, é através desta classificação clássica que Santa Cruz e as comunidades vizinhas delineiam-se como integradoras do Distrito de Guaragi. O histórico de formação de grande parte destas ocorreu com as políticas imigrantistas paralelas ou seguidas da fase tropeirista.

Destarte, para que seja possível seguir outro viés analítico do quadro regional, é fundamental destacar que as reflexões aqui expostas embasam-se nas relações existentes no seio comunitário, bem como, nas relações que são estabelecidas entre a comunidade Santa Cruz e adjacentes, para então se propor uma nova interpretação acerca do processo de regionalização que parte deste contexto. As classificações regionais observadas, que são atribuídas ao recorte espacial analisado, são categorizações que partem do princípio da homogeneidade/uniformidade, porém, as próprias comunidades apresentam múltiplas situações decorrentes de uma heterogeneidade presente nestes espaços e que foram observadas *in loco*. Assim, o próprio espaço pode ser pensado a partir de formas variadas e, consequentemente, o processo de regionalização vai se mostrar multifacetado, expressando uma dinâmica até mesmo desarticulada.

Para atingir esta nova interpretação regional, que parte do contexto comunitário e de suas inter-relações, é necessário analisar a noção da principal categoria-chave deste projeto de extensão: a comunidade. Percebe-se atualmente, que o conceito de comunidade passa por debates que partem da desconstrução do conceito clássico fundamentado na coesão e união harmônica de seus integrantes para uma nova condição, a qual revela um espaço multifacetado onde nem todos os sujeitos da comunidade convivem harmoniosamente ou compartilham dos mesmos preceitos que regem tal conjunto.

Bauman (2003) sugere um rompimento de paradigma diante do conceito clássico de comunidade pautado pelas relações estabelecidas como o externo e deixa claro que a comunidade é conseqüência de um processo histórico, da intensa e dinâmica modernização, com suas transformações decorrentes dos recursos tecnológicos e de informação. Esta nova conjuntura altera o entendimento da fronteira entre o "dentro" e o "fora" da comunidade. Desta forma, para Hobsbawm (1996) a palavra comunidade torna-se vazia, podendo os indivíduos pertencer ao grupo que lhes

[3] A comunidade denominada Colônia Santa Cruz foi reconhecida pela Fundação Cultural Palmares como comunidade negra rural quilombola no ano de 2005 sendo a autoatribuição dos moradores como quilombolas, o principal elemento para a emissão da certidão de reconhecimento.

[4] O distrito de Guaragi que se localiza a 32 km de Ponta Grossa, é formado por uma pequena vila-sede, por comunidades rurais e chácaras. O distrito caracteriza-se por um verdadeiro "mosaico étnico" tendo além de comunidades formadas por descendentes de escravos, comunidades formadas por russos, alemães, poloneses, entre outros.

melhor convir.

Jock Young (1999) aponta que é justamente neste momento que a comunidade entra em colapso e o conceito de identidade é inventado na tentativa de substituir as noções que envolvem o conceito anterior de comunidade. Para Frederick Barth (apud Bauman, 2003, p.21) o oposto é a regra, ou seja, as "identidades comunitárias" ostensivamente compartilhadas são subprodutos ou implicações do inacabável processo de estabelecimento de fronteiras.

A partir desta idéia de comunidade como uma dimensão que invariavelmente institui fronteiras, Georg Simmel (1997) fornece uma importante contribuição para se pensar em fronteira como um limite entre o dentro e o fora, relacionado à questão espacial, pois para o autor, estas fronteiras podem de um lado unir (incluir) e de outro, excluir (segregar). Simmel (1997) vê o espaço como uma condição, uma construção social operada pelos diversos grupos sociais e que este não se apresenta de forma uniforme e contínua, mas é essencialmente relacional, pois os indivíduos estarem próximos ou distantes independe do espaço apresentar sua forma, ainda que não sejam as formas de aproximação ou distanciamento espaciais que produzam o fenômeno de proximidade ou estranhamento.

Pensando no indivíduo como agente de interculturalidade, visto o mosaico étnico/cultural que compõe o recorte estudado, bem como a partir do que foi observado *in loco*, parte-se da hipótese de que nem todos estes indivíduos interpretem ou compartilhem os fenômenos comunais de forma homogênea.

Ainda nesta reflexão, pode-se pensar então que em uma comunidade existem várias comunidades que surgem das distintas espacialidades vivenciadas neste meio e que para conviver elas se sobrepõe, do contrário não teríamos mais este local como plano de investigação. Estas sobreposições caminham em diferentes formas, sejam materiais ou subjetivas, estabelecendo ligações com distintas esferas simultaneamente. Portanto, pensando em como isso repercute regionalmente, tem-se que este contexto vai de encontro com a questão regional proposta por Haesbaert (2010, p.81), a qual apresenta uma visão inovadora, pois admite a construção de regiões descontínuas ou em rede.

Observou-se a partir dos atributos de comunidade no sentido clássico elencadas por Redfield (1989 [1960]), que estes se aproximam de alguns dos elementos que fundamentam o conceito tradicional de região, como a diferença perante demais grupos e a demarcação dos limites físicos (fronteiras), além da homogeneidade.

Apesar das distintas perspectivas no decurso do debate referente ao conceito de região, o elemento "coesão" ainda se mantém como um dos principais pilares na análise regional. O caráter renovador da proposta de Haesbaert (2010) está exposto na junção dos pressupostos que analisam a região: a diferenciação espacial, a articulação regional e os sujeitos. Admite-se a construção de regiões descontínuas ou em rede, mas que não devem ficar estritas a coesão:

> [...] a articulação se dá entre diferentes esferas sociais, a ponto de manifestar uma coesão que é ao mesmo tempo de caráter funcional [...] as "articulações" regionais do espaço podem manifestar-se não apenas na tradicional forma zonal, geralmente contínua, mas também em redes, inseridas numa lógica descontínua de articulação reticular. (HAESBAERT, 2010, p.121)

Este reducionismo ligado a coesão remete ao mesmo percalço no conceito de comunidade onde a coesão é tida como cerne da análise conceitual. Tem-se este exemplo de semelhança na citação de Lee (1990, por Haesbert, 2010, p.79) em que, a região numa concepção estruturacionista, ao mesmo tempo em que é vista como geradora de estrutura, é também familiar.

Porém, em ambos os conceitos, região e comunidade, pretende-se concluir analítica e empiricamente de forma a observar a articulação de todos os elementos que os compõe, tantos os de uma abordagem quanto de outra, de maneira a verificar uma sobreposição destas dimensões e não um conjunto com uma forma só (condensada). Desta noção da forma parte-se para a apreciação da questão regional tendo como principal agente de espacialidades o sujeito. Deste modo, será possível compreender qual o papel da comunidade Santa Cruz na produção de distintas regionalizações vislumbrando assim uma ampliação da análise regional que resulte positivamente no desenvolvimento desta realidade.

Objetivos

- Analisar as distintas espacialidades existentes na comunidade estudada e as espacialidades geradas a partir das relações estabelecidas com as comunidades vizinhas;

- Verificar como ocorreu o processo de formação da comunidade Santa Cruz e a relação desta formação com os demais contextos que integram o quadro regional definido;

- Compreender o processo que resulta das várias espacialidades, numa dinâmica que indica novas formas de interpretação do processo de regionalização num processo ampliador de redes que visem beneficiar a realidade estudada.

Metodologia

A compreensão do contexto geral da comunidade e de suas relações com outros espaços é apreendida através da observação e aproximação participativa com os moradores com auxílio de entrevistas semi-estruturadas, tanto individuais como em grupo, e na coleta de dados qualitativos em forma de questionário pré-elaborado. O embasamento teórico é realizado a partir de documentos, artigos e obras sobre as várias questões investigadas.

Resultados

Através da proposta de reinterpretação da questão regional a partir dos sujeitos pesquisados e da comunidade em que convivem, é possível pensar numa realidade mais ampla e articulada do que a pré-definida pelos preceitos clássicos que definem o local estudado. Desta forma, é também possível vislumbrar a inserção da comunidade em novas redes que atuam em diversas esferas de maneira simultânea e sobreposta para uma melhor articulação e desenvolvimento no âmbito regional, o que por sua vez refletirá na perspectiva local da realidade retratada.

Conclusões

Fica evidente que o conceito de comunidade pode ser revisto a partir da Colônia Santa Cruz e sucessivamente a questão regional pode ser ampliada. Neste sentido a proposta de extensão se delineia como instrumento de atuação acadêmico-científico servindo como um meio de mudança entre a realidade atual e uma futura condição expressada em efeitos positivos em prol da comunidade.

Referências

BAUMAN, Z. **Comunidade.** A busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

CUNHA, L. A. G. Paraná: desenvolvimento rural e questão regional. Revista Eletrônica Polidisciplinar Vôos, v. I, n. 2, 2006. Disponível em: http://pluridata.sites.uol.com.br/voos/02/pdr.htm

HAESBAERT, R. **Regional-global:** dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

HOBSBAWM, E. The cult of identity politics, **New Left Review**, 1996.

PONTA GROSSA. **Plano Diretor Participativo** – Município de Ponta Grossa – 2006. Disponível em: http://geo.pontagrossa.pr.gov.br/portal/plano_diretor

REDFIELD, R. **The Litle community and peasent society and culture**. Chicago: The University Chicago Press, 1989 [1960].

SIMMEL, G. A metrópole e a vida do espírito. In: FORTUNA, Carlos (Org). **Cidade, cultura e globalização**. Oeiras: Celta Editora, 1997 [1903].

YOUNG, J. **The Exclusive Society**. Londres: Sage, 1999.